A constituição da vacinação antivariólica como prática social em São Paulo (1889-1920)

MARIA AMÉLIA M. DANTES[1]

1. A **varíola, a vacina e a vacinação no Brasil**

A produção de vacina contra a varíola a partir da *cow-pox* e sua utilização mais continuada teve início na Inglaterra do final do século XVIII, a partir dos trabalhos de Edward Jenner. Já no início do século XIX, a vacina chegava ao Brasil, inicialmente pelo sistema *braço-a-braço*, havendo registros de sua utilização em São Paulo desde 1803.

A produção da vacina jenneriana passou por transformações, e a partir dos anos 1840, começou a ser produzida pela inoculação e retirada diretamente de vitelos. Esta nova vacina, conhecida como *vacina animal*, começou a ser produzida no Brasil em 1887, pelo médico do Rio de Janeiro, Barão de Pedro Affonso.

Como, durante todo o século XIX, a varíola esteve muito presente no território brasileiro, tanto na forma endêmica como na epidêmica, foram criados, pelas autoridades, vários organismos responsáveis pela vacinação, desde a Junta Vacínica da Corte, de 1811, até a Inspetoria Geral de Higiene, de 1886 (FERNANDES, 1999). Também, várias vezes foi tentada a obrigatoriedade da vacina- em especial em crianças -, sem grandes sucessos. Em parte pela resistência da população à vacinação; também pela falta de vacinas, cujas matrizes eram importadas; ou ainda pela baixa eficiência das vacinas utilizadas.

Em São Paulo, no final do período imperial, a varíola "assolava todo o território provincial" (MASCARENHAS, 1949, 36) e a ação da Inspetoria de Higiene Provincial, com sede na Capital, voltava-se, justamente, para o combate à doença pela vacinação. Para tal, contava com um Instituto Vacinogênico responsável pela vacinação pública na

[1] Profa.Aposentada do Departamento de História-FFLCH-USP; Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social- FFLCH-USP;

Capital- vacina animal, diretamente tirada de novilhos, sem excluir o uso da vacinação *braço-a-braço*-e pela distribuição de pus vacínico para as várias localidades da província. O serviço era de responsabilidade do inspetor sanitário e dos médicos auxiliares.

No entanto, foi somente no período republicano que a produção de vacinas e a prática da vacinação e revacinação passaram a ser realizadas de forma mais regular em São Paulo. Vejamos como.

2. As medidas sanitárias implementadas pelos primeiros governos republicanos paulistas e o combate à varíola

A documentação que analisamos no Arquivo do Estado vem de encontro a um ponto que a produção historiográfica sobre São Paulo tem enfatizado: após a instauração da República, o governo estadual paulista colocou a saúde pública como uma de suas prioridades administrativas (NADAI, 1987; RIBEIRO, 1993; SILVA, 2003; e TELAROLLI JR, 1996).

As questões de saúde estavam muito presentes nas falas das autoridades que, em especial, se reportavam à situação sanitária de Santos, principal porto exportador de café e sede de constantes epidemias de febre amarela. A varíola, também, era uma das enfermidades que preocupavam as autoridades. Talvez por ser a primeira doença de épocas antigas a contar com uma vacina, já utilizada nos países europeus, os discursos dos dirigentes paulistas veicularam largamente a defesa da vacinação obrigatória, o que implicava na produção regular de vacinas.

O relatório da Secretaria de Negócios do Interior, ano 1892, quando o governo paulista dava início à implantação de novos serviços sanitários, é um bom testemunho destas idéias. Aí, em carta dirigida ao Presidente do Estado, o Secretário Dr. Cesário Motta Jr., no item sobre o Instituto Vacinogênico de São Paulo, afirma que o Instituto já estava funcionando, sendo responsável pela produção de linfa antivariólica para a vacinação no Estado. E, deixando claro o significado político que o combate à varíola tinha para o governo paulista, afirma: “Uma das causas comuns de mortalidade, entre nós, tem sido a varíola. Pesa-me confessa-lo, por quanto tenho muito em lembrança o

que diz um escritor francês, Lorrain ‘On peut connaitre le progrés ou le retard d´un pays au chiffre des decés causés par la variole’ ” (RSNI 1892-1893, XXIX-XXXI).

As ações dos primeiros governos republicanos voltaram-se assim para organização dos serviços de saúde do estado e, em especial, para a instalação de um laboratório para a produção de vacinas, visto como condição básica para uma política de vacinação continuada.

Em 1891, o órgão responsável pelos serviços de saúde em São Paulo era a Inspetoria de Higiene, criada nos anos finais do Império e que continuava vinculada à Inspetoria Central do Rio de Janeiro. Após a proclamação da república, era intenção do governo federal passar o serviço para os estados, mas esta descentralização só se efetivou com o decreto-lei de 30 de dezembro de 1891, pelo qual o governo provisório determinava que a organização das questões sanitárias terrestres passava a ser de responsabilidade dos estados.

Em São Paulo, já antes do decreto federal, a lei estadual de 26 de outubro reorganizava o serviço sanitário, mantendo a inspetoria de Higiene e criando um conselho de saúde pública. Outra lei estadual, a de nº 13, editada em 7 de novembro de 1891, tornava obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola em todo o estado, instituindo multas para os infratores, mas estabelecendo como condição para sua efetivação a existência de postos vacínicos em todas as localidades.

Pela lei estadual n.43 de 18 de julho de 1892, foi criado o Serviço Sanitário do Estado. Eram também criados institutos auxiliares: o Instituto Vacinogênico, os laboratórios de farmácia, de análises químicas e bacteriológico. Apesar da permanência dos quadros- por exemplo, Sérgio Meira, antigo Inspetor de Higiene passou a ocupar a diretoria do novo Serviço-, a grande novidade era a criação de instituições científicas que auxiliariam nas atividades do serviço de saúde.

Chama a atenção a presteza das autoridades paulistas na criação de uma instituição para produção de vacina antivariólica: o decreto n.94 de 20 de agosto de 1892 criava um Instituto Vacinogênico; e dois outros decretos, editados no mesmo dia completavam as diretrizes para a sua implantação. O de número 95 estipulava o crédito de 70.000$000 réis para a sua montagem; e o de número 96 declarava de utilidade pública terreno situado no bairro do Cambuci que foi desapropriado para a construção do instituto.

O novo prédio foi construído segundo normas, então consideradas, as mais modernas: espaços especialmente preparados para a permanência dos vitelos; laboratórios para coleta do pus vacínico; aparelhagem para envasamento e manutenção da vacina. Tudo segundo normas rígidas de higiene. Em 1895 já estava em funcionamento, produzindo as vacinas necessárias para a vacinação em todo o estado.

Como vimos, por lei, a vacinação passou a ser obrigatória em São Paulo, em 1891. Funcionários do Serviço Sanitário- os inspetores, em geral, médicos - eram responsáveis pela vacinação na Capital e nas cidades do interior. Ao contrário do que aconteceu no Distrito Federal, não há noticias de grandes movimentos populares contra a vacina, que passou a ser realizada nas residências de forma compulsória.

A seguinte declaração do diretor do Serviço Sanitário, Dr. Joaquim José da Silva Pinto Jr., em relatório referente a 1893, além de ser elucidativa sobre a orientação dada a estes serviços, mostra que a população do estado, apesar de não nutrir grande simpatia, acabou se acostumando à nova prática:

> *"...na falta de uma lei que a torne obrigatória (a vacina), e à falsa indiferença se não repugnância, que na sua maioria manifesta a população por tão precioso profilático, julguei conveniente tentar a vacinação domiciliária, e, apesar de grande número de resistência que foi preciso vencer, foi tal o desenvolvimento dado a este serviço, que parecia haver criado nesta cidade direito de domicilio..."*
>
> (RSNI, 1893, item Polícia Sanitária, 9).

3. A implantação da vacinação antivariólica em São Paulo (1891-1917)

O Instituto Vacinogênico de São Paulo desempenhou um papel central na política sanitária dos primeiros governos republicanos paulistas, contribuindo para a implantação de uma política sanitária baseada nos princípios da bacteriologia. Os textos das autoridades sanitárias e dos secretários mostram que, quanto à varíola, eles estavam afinados: todos defendiam que a varíola só podia ser combatida pela utilização sistemática da vacina. Um dos argumentos que, então, mais reforçava a defesa da vacinação era de que a varíola atacava pouco os imigrantes europeus, que vinham de países nos quais a vacinação já estava mais difundida.

Nestes anos, os relatórios do diretor do Serviço Sanitário e do secretário dos Negócios do Interior testemunham o grande empenho das autoridades paulistas, que

enviavam inúmeros ofícios aos delegados sanitários que atuavam nas várias regiões do estado, lembrando da necessidade de realizar a vacinação e a revacinação nas visitas domiciliares.

As tabelas apresentadas por MEDEIROS, 1918 (p. 30), mostram como a produção de tubos de vacina distribuídos pelo Instituto Vacinogênico de São Paulo cresceu desde sua fundação, até 1917, em um movimento que acompanhava a demanda no estado:

1894.....11664 tubos
1895.....93040 tubos
1896.....37787 tubos
1897.....44447 tubos
1898.....94710 tubos
1899.....37060 tubos
1900.....27537 tubos
1901.....189131 tubos
1902 (ano de epidemia).....108.300 tubos
1903..... .85075 tubos
1904.....132000 tubos
1905.....94000 tubos
1906.....90000 tubos
1907.....20509 tubos
1908 (ano de epidemia).....802000 tubos
1909.....281000 tubos
1910.....354000 tubos
1911.....656100 tubos
1912 (ano de epidemia).....1000400 tubos
1913.....695000 tubos
1914.....703000 tubos
1915.....536000 tubos
1916.....380000 tubos
1917..... 796000 tubos

A dimensão da produção do instituto fica patente pela declaração de seu diretor, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, quando explica que, em 1912, havia ultrapassado um milhão de vidros, número suficiente para imunizar três milhões de pessoas, *"ou preservativos com que se pode proteger contra a varíola toda a população do Estado"* (RIVSP, 1912).

Os relatórios oficiais mostram que já nos primeiros anos, as autoridades paulistas ficaram entusiasmadas com os resultados da vacinação, chegando mesmo a acreditar que a varíola estava deixando de existir em São Paulo. Assim, no relatório de 1893, o diretor do Serviço Sanitário fala dos resultados que atribuía à prática da vacinação domiciliar, declarando que a ocorrência da varíola na Capital havia sido tão pequena que o lazareto dos variolosos havia sido fechado (RSNI, 1893, item Polícia Sanitária, 9). O diretor do Instituto Vacinogênico, também, desde os primeiros anos manifestou-se sobre os sucessos do uso das vacinas e, em especial sobre o papel desempenhado pelo Instituto no combate à varíola. Em seu relatório de 1895 diz:

> *Não precisamos enaltecer os trabalhos do Instituto Vacinogênico de São Paulo durante o ano de 1895. O numero de cem mil tubos distribuídos, cada um deles com vacina suficiente para, no mínimo, serem inoculados cinco pessoas é atestado eloquente do nosso trabalho material. O brilhante resultado obtido em toda a parte em que a vacina preparada por nós foi empregada demonstra a perfeição de nossos processos. A galhardia com que São Paulo, circundado de varíola e infeccionado diariamente pelo Rio de Janeiro, resistiu à invasão dessa peste, prova que na campanha profilática empenhada pelo ilustre corpo sanitário nunca faltamos em munição. As repetidas e importantes remessas de vacina feitas a todos os estados do Brasil, atestam que o consumo de nosso estado está muito aquém da capacidade da nossa produção. Por isso nos ufanamos em dizer: o Instituto Vacinogênico de São Paulo no gênero é um estabelecimento modelo* (RIVSP, 1895).

Com o passar dos anos, as autoridades sanitárias paulistas foram ficando ainda mais confiantes, enfatizando muitas vezes os progressos alcançados pelo estado, como em 1907, quando o Secretário do Interior afirma que *"Quanto aos resultados colhidos pela profilaxia da varíola, São Paulo pode se colocar com grande vantagem ao lado dos países mais civilizados e portanto dos mais adiantados em higiene*" (RSNI, anexo 2, Item Saúde Pública, 9).

Grandes epidemias continuaram ocorrendo em São Paulo, como a de 1902 e a mais forte de todas, a de 1908, mas, nem assim as autoridades deixaram de acreditar nas políticas implementadas. Fechando este item, queremos sublinhar assim que secretários e diretores sanitários paulistas deste período sempre se mostraram determinados na defesa da vacina como único meio de combate à varíola. Neste sentido, procuravam enfatizar os sucessos obtidos e explicavam a permanência da enfermidade em território paulista pela sua importação de outros estados brasileiros, em especial da Capital Federal. Também, em seus discursos mostravam uma imagem - pelos seus parâmetros- positiva da população local, vista como "civilizada" por sua suposta adesão à política da vacinação.

4. O combate à varíola nas primeiras décadas da república brasileira

Como vimos, a partir do final de 1891, as ações sanitárias terrestres no Brasil foram descentralizadas, passando a ser de responsabilidade dos governos estaduais. Esta nova organização deu espaço para que diferentes políticas sanitárias se instaurassem nos vários estados. Em São Paulo, por exemplo, o governo republicano rapidamente instalou um aparato sanitário e implementou ações sanitárias altamente coercitivas, como a vacinação e revacinação obrigatórias da população, realizadas regularmente nos domicílios a partir de 1891. Para isso, desde os primeiros anos contou com um Instituto Vacinogênico que produziu as vacinas necessárias para a vacinação regular da população do estado, e que chegou a vender vacinas para outros estados brasileiros.

Situação completamente diferente observou-se no Rio Grande do Sul, com a forte presença de políticos positivistas, que durante a Primeira República defenderam a não interferência do Estado na vida social e se posicionaram contra a imposição de práticas médicas coercitivas, entre elas a vacinação anti-variólica (WEBER, 1999).

Até o momento não contamos com estudos detalhados sobre a implantação da prática da vacinação nos vários estados brasileiros, mas é o estudo pioneiro de Tania Fernandes, *Vacina Antivariólica. Ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)* (FERNANDES, 1999) que nos dá alguns indícios sobre esta questão. Em seu livro, a autora analisa a atuação do Instituto Vacínico Municipal, instituição privada dirigida pelo médico carioca Barão de Pedro Affonso, e que foi contratada pelos primeiros

governos republicanos para a produção e distribuição aos estados da vacina animal, atividade que desenvolveu até seu fechamento em 1921.

Assim, no Distrito Federal, a produção de vacinas manteve-se separada dos órgãos municipais responsáveis pela vacinação, que continuou sendo realizada de forma irregular até 1904. Como é conhecido, neste ano, o projeto de Oswaldo Cruz de implantar a vacinação obrigatória na cidade foi objeto de amplos debates na Câmara Legislativa e mesmo aprovado, acabou não sendo implementado, em razão da violenta reação popular conhecida como a "Revolta da Vacina".

Temos poucas informações sobre os outros estados, mas Tania Fernandes cita texto de Pedro Affonso, publicado em 1917, onde afirma ter enviado comissários a várias regiões, com a finalidade de ensinar a produção de vacina animal e a vacinação, e de ter assim influenciado a instalação de institutos vacínicos em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco (FERNANDES, 1999, 52).

Como vimos, o instituto paulista teve uma origem mais complexa, sendo resultado sobretudo da ação política dos governos estaduais republicanos que, continuamente, se manifestaram, procurando diferenciar a situação local da dos outros estados. O relatório da Secretaria de Negócios do Interior de 1907, por exemplo, fala da pouca presença da varíola em São Paulo – 3 óbitos em Santos e 1 em Barretos- e compara com outros estados, citando para 1907: 38 óbitos em Manaus; 108 em Belem no primeiro semestre; 125 no Rio de Janeiro. E, para 1905, 3965 em Pernambuco. Concluindo:

> "...não é por acaso (...) é resultado do grande número de vacinações praticadas em quinze anos desde a fundação do Instituto Vacinogênico; pois o Estado de São Paulo consome em um ano maior quantidade de linfa vacínica (90500 tubos em 1907) do que todos os outros Estados reunidos, como tristemente informa o ilustrado Diretor do Instituto Vacínico da Capital Federal" (RSNI, 1907, 5)

Para as outras localidades, fica ainda a esclarecer se os institutos vacínicos instalados chegaram mesmo a produzir vacinas ou restringiram sua ação à vacinação, com utilização de imunoterápicos importados do Rio de Janeiro, ou mesmo de outros produtores. Tania Fernandes cita, por exemplo, para o Ceará, a difusão da vacinação

animal pelo farmacêutico Rodolpho Teóphilo, que utilizava vacinas produzidas pelo instituto paulista; e, lembra que a partir de 1907, uma filial do Instituto de Manguinhos começou a produzir e vender vacinas antivariólicas em Minas Gerais (FERNANDES, 1999, 52 e79).

5.Conclusões

Neste artigo procuramos analisar como, já nos primeiros anos do período republicano, foram implantadas em São Paulo as práticas da vacinação e da revacinação obrigatórias e periódicas, que contaram com a atuação de um Instituto Vacinogênico especialmente montado para a produção do material imunoterápico necessário. Tinha início, então, uma prática que se manteria por quase todo o século XX. Com estas medidas diminuiu rapidamente a mortalidade pela varíola, e esta enfermidade, mesmo continuando a existir de forma endêmica no estado, já no final dos anos 1910 havia deixado de ser prioritária nas políticas sanitárias locais (RIBEIRO ET AL., 2011).

Em São Paulo, como em todo o território brasileiro, a vacinação antivariólica manteve-se obrigatória até 1980, quando a Organização Mundial da Saúde declarou a varíola erradicada no planeta.

Fontes

-RIVSP- Relatórios da direção do Instituto Vacinogênico ao Serviço Sanitário de São Paulo (1892-1918)- Acervo do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan

-RSNI- Relatórios da Secretaria de Negócios do Interior do Estado de São Paulo (1892-1918)- Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo

-Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo (1886-1889) disponíveis no site www.crl.edu

-Relatórios dos Presidentes do Estado de São Paulo (1890-1900) disponíveis no site www.crl.edu

-MEDEIROS, Dr. Alfredo. *Considerações geraes sobre a Varíola no Brazil e a conseqüente introducção da sua prophylaxia pela Vaccina Animal, especialmente em São Paulo*. São Paulo, Publicação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo- Instituto Vacinogênico, 1918

Referências bibliográficas

-ALMEIDA, Marta. *República dos invisíveis: Emílio Ribas , microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917),* Bragança Paulista, Ed.Universidade São Franscisco. 2003

-CAMARGO, Luis Soares de. As "bexigas" e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*. São Paulo, Edição Nº 28, 3/dez./ 2007

-FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina Antivariólica. Ciência, técnica e o poder dos homens 1808-1920*. Rio de Janeiro, Ed.FIOCRUZ. 1999

-MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. *Contribuição para o estudo da Administração Sanitária Estadual em São Paulo*. Tese para Concurso para Docencia Livre. Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1949

-NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior. São Paulo 1891-1934*. São Paulo, Ed.Loyola, 1987

-REVISTA CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA, VOL. 16, Nº 2, Rio de Janeiro, fevereiro de 2011. Tema: "Vacinas, imunização: passado e futuro"

-RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...Inventário da saúde pública, São Paulo-1880-1930*, São Paulo, Ed.UNESP. 1993

-RIBEIRO, Ana Freitas; PASCALICCHIO, Francisco Vanin; SILVA, Pedro Antonio Vieira da & OPROMOLLA, Paula Araujo. "A varíola em São Paulo (SP, Brasil): histórico das internações no Instituto de Infectologia Emílio Ribas entre 1898 e 1970". *REVISTA CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA*, VOL. 16, Nº 2, Rio de Janeiro, fevereiro de 2011. Tema: "Vacinas, imunização: passado e futuro", pp.423-432

-SILVA, Márcia Regina Barros da. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo (mimeo). 2003

-TEIXEIRA, Luiz Antonio & ALMEIDA, Marta de "Os primórdios da vacina antivariológica em São Paulo: uma história pouco conhecida". *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*.vol.10 (suplemento): 475-98, 2003

-TELAROLLI JR., Rodolpho. *Poder e Saúde. As Epidemias e a Formação dos serviços de saúde em São Paulo*, S.Paulo, Ed.UNESP. 1996

-WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense.1889-1928*. Santa Maria/Baurú, EdUFSM/EDUSC, 1999